



HERMES FIGUEIREDO

# BNDES: quem se enquadra?

Utilização dos índices de avaliação deixa a maioria das instituições inaptas ao recebimento dos recursos

**D**ivulgado amplamente nos meios de comunicação como grande solução de apoio financeiro para o Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior (Programa IES), o financiamento disponibilizado desde outubro pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) mostrou-se ineficaz para a grande maioria das instituições privadas do Brasil. Com uma exigente lista

ou superiores a 3 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) ou no Conceito Preliminar de Curso (CPC).

Um levantamento da Assessoria Econômica do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) apontou que 76,83% das 2.243 instituições de ensino superior privadas brasileiras não se qualificarão para a obtenção de recursos do BNDES e ficarão fora do programa. Ou seja, apenas uma minoria se enquadraria

ter as taxas de empregabilidade positiva nos meses de janeiro a setembro deste ano. Reconhecido por conceder linhas de financiamento para diversos setores, em sua maioria empresas privadas, o BNDES não parece desqualificar, de imediato, companhias particulares que utilizaram recursos do banco para desenvolver seus projetos. Diferentemente do tratamento dedicado ao segmento do ensino superior privado, que enfrenta inúmeras restrições para obtenção desses créditos.

Além de participar do ProUni e de oferecer programas próprios de concessão de bolsas de estudo integrais (cerca de 117 mil por ano - e parciais - 938 mil), as instituições particulares desenvolvem mais de 27 mil projetos sociais por ano e 20 milhões de atendimentos às comunidades.

Com a lista de imposições do MEC e do BNDES, nada será mudado em relação à saúde financeira das instituições do setor. Pelo contrário, passamos a questionar a possibilidade de redução - ou até mesmo de exclusão - das instituições de ensino de menor porte. Por diversas vezes, solicitamos ao Ministério da Educação uma revisão nos processos avaliativos, que desprezam a diversidade de instituições e cursos brasileiros. A insistência em se criar um parâmetro único de avaliação, sem um estudo preliminar, não apenas afetará drasticamente o setor do ensino superior privado, mas prejudicará grandemente os rumos da educação superior e da própria economia do país. •

**APENAS UMA MINORIA SE ENQUADRARIA NO PROJETO, JUSTAMENTE AS QUE MENOS PRECISARIAM DO BENEFÍCIO. OS DADOS SÃO ALARMANTES PARA UM SEGMENTO QUE GERA R\$ 24 BILHÕES/ANO E MANTEVE EMPREGABILIDADE POSITIVA**

de imposições, a Portaria do MEC que regulamenta o financiamento impede o acesso da grande maioria das instituições de ensino superior com até 2 mil alunos, que hoje representam 88% do total de instituições de ensino superior do país e são as que mais precisam da concessão do crédito para investir em reestruturação.

Duramente criticados pelos mantenedores do ensino superior privado, novamente os indicadores avaliativos voltam a ser o centro da discussão. De acordo com a Portaria, o pedido de apoio financeiro ficará restrito a instituições que tenham 70% dos cursos com conceitos iguais

no projeto, justamente as que menos precisariam do benefício.

Ainda de acordo com o Semesp, 36,45% das instituições têm nota de Índice Geral de Cursos (IGC) inferior a 3, o que as deixa de fora do Programa IES. A porcentagem pode ser ainda maior e chegar a 49% se as instituições sem conceito forem incluídas. Outro número revela que apenas 12% das 1.676 instituições de pequeno porte com até dois mil alunos vão se enquadrar nos critérios do MEC.

Os dados são alarmantes para um segmento que gera anualmente R\$ 24 bilhões e é um dos únicos que conseguiram man-

Hermes Figueiredo é presidente do Semesp